



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM POLÍTICAS E GESTÃO
CULTURAL**

ISABELA FERNANDA AZEVEDO SILVEIRA

**TEM LUGAR PRA CRIANÇA? CARTILHA PARA PROMOÇÃO
DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAIS AMIGÁVEIS À
INFÂNCIA**

**Santo Amaro-BA
2020**

ISABELA FERNANDA AZEVEDO SILVEIRA

**TEM LUGAR PRA CRIANÇA? CARTILHA PARA PROMOÇÃO
DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAIS AMIGÁVEIS À
INFÂNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Instrumento de elaboração de política e de
gestão cultural/cartilha - apresentado ao
colegiado do curso de Pós-Graduação *Lato
Sensu* em Políticas e Gestão Cultural da
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Especialista em
Políticas e Gestão Cultural.

Orientador: GIULIANA KAUARK

**Santo Amaro-BA
2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CULTURA, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM POLÍTICAS E GESTÃO
CULTURAL**

**TEM LUGAR PRA CRIANÇA? CARTILHA PARA PROMOÇÃO
DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS MAIS AMIGÁVEIS À
INFÂNCIA**

**COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE ISABELA FERNANDA AZEVEDO
SILVEIRA**

Prof^ª. Dr^ª. GIULIANA KAUARK
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
(Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. NADJA VLADI CARDOSO GUMES
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr^ª. PAULA ALICE BAPTISTA BORGES
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Aprovado em 04 de dezembro de 2019.

**Santo Amaro-BA
2020**

Criança:

“São humanos, às vezes são maus, às vezes são bons, choram, gritam;
brincam, brigam, tomam banho, às vezes não tomam banho, entram na
piscina e crescem.”

(Natalia Calderón, 6 anos)

SUMÁRIO

1. Justificativas pessoais e técnicas para a escolha: **AS INFÂNCIAS E A CULTURA – UM LUGAR DE AUSÊNCIAS**
2. Objetivos gerais e específicos: **QUE SEJA MAIS SIMPLES, QUE SEJA MAIS FÁCIL, QUE SEJA LOGO...**
3. Problema central abordado: **ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS AFINAL?**
4. Principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentaram o trabalho: **POR QUE É TÃO DIFÍCIL BAIXAR OS OLHOS AFINAL?**
5. Detalhamento da metodologia utilizada: **INDO BUSCAR CRIANÇAS ONDE ELAS SURTIAM**
6. Público-alvo a quem se destina: **QUEM É IGUAL A QUEM?**
7. Limitações no processo de desenvolvimento do produto final, bem como soluções encontradas: **AS PARTES DE UM TODO COMPLEXO**
8. Resultados esperados: **TEM UM LUGAR PRA VOCÊ AQUI**
9. Referências: **ELAS, SEMPRE ELAS**

Justificativas pessoais e técnicas para a escolha

AS INFÂNCIAS E A CULTURA – UM LUGAR DE AUSÊNCIAS

Diferente de muitas pessoas, o meu interesse no trabalho voltado para crianças não vem de longa data, por algum tipo de vocação especial ou da relação pessoal com pessoas mais novas ao longo da vida.

Meu contato com esse universo nasceu no contexto de meu trabalho como coordenadora de um equipamento cultural, o Espaço Xisto Bahia, cargo que ocupei de fevereiro de 2012 a novembro de 2015. Por ocasião do convite para assumir aquela gestão, eu mobilizei amigos e conhecidos para entender um pouco de como eles viam o Xisto, e fiquei bastante surpresa ao perceber que muitas pessoas julgavam que o equipamento estava de portas fechadas.

Em larga medida isso se devia a uma reforma recente no local, que havia restringido o acesso à sala principal, além de uma condução um pouco mais voltada nas políticas de democratização no uso do espaço do que de promoção e difusão dos conteúdos. Opção legítima da antiga gestão, obviamente, mas que tinha reposicionado o equipamento no imaginário daqueles com quem tive contato, deixando o Xisto com menos destaque e visibilidade do que tivera outrora.

Em termos físicos, tínhamos em mãos um equipamento relativamente bem equipado, com estrutura predial, de iluminação e sonorização capaz de abrigar produções profissionais de pequeno e médio porte. Havia também uma equipe composta por cerca de 16 pessoas, em sua maioria profissionais experientes na função e com vivência de alguns anos naquele espaço e reconhecidos por sua presteza na cena local. Tudo isso, somado aos valores acessíveis de pautas e à localização no centro da cidade, aumentava o interesse de agentes culturais ocuparem o local.

O primeiro momento foi de observação da estrutura organizacional do equipamento, com reuniões gerais e individuais com os membros da equipe, que em geral se encontrava desmotivada e com pouca compreensão da gestão estratégica do equipamento. Por seu histórico¹ de importância na cena local nas décadas anteriores, quando o teatro recebia com quase total exclusividade as verbas destinadas aos centros de cultura da FUNCEB², a percepção da equipe era que as ações de democracia e democratização culturais adotadas nos anos anteriores seriam as causas das perdas de público e visibilidade.

Nos primeiros meses de gestão, as dificuldades de levar público às sessões ali realizadas exigiu a criação de estratégias administrativas e de comunicação diversas das que vinham sendo utilizadas, o que nos levou a um processo de curadoria pautado no direcionamento a públicos nichados, ou seja, com conteúdos e atividades específicas para diferentes perfis de cidadãos. Foram definidos projetos específicos para cada linguagem, com eventos calendarizados de música e dança, além da ampla captação de iniciativas e projetos que se voltassem para frequentadores que andavam pouco por lá, como idosos, pessoas com deficiências e crianças.

Foi no bojo dessa realidade que a infância apareceu como público marcado por um paradoxo: era considerada relevante mas tratada como de menor valor. Afirmo isso dada a dificuldade encontrada para estabelecer um diálogo junto a alguns artistas e produtores que procuravam o equipamento para realizar suas atividades: quando informados quanto à necessidade de possíveis adaptações de iluminação e cenário, posto que as sessões adultas da noite estariam em cartaz ao mesmo tempo que espetáculos infantis diurnos,

¹ *Quem matou Maria Helena, A ver estrelas, Quarta-que-dança* e muitos outros projetos de destaque estrearam ou permaneceram em cartaz no Espaço Xisto Bahia entre final dos anos 1980 e início dos anos 2000, com excelente repercussão junto à crítica, mídia e público.

² O Espaço Xisto Bahia integra a Diretoria de Espaços Culturais (DEC), que está vinculada à Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (SUDECULT) que integra a Secretaria de Cultura do Estado (Secult-BA). A partir de maio de 2011, através de uma reforma administrativa, os equipamentos culturais que até então eram mantidos pela Fundação Cultural da Bahia (FUNCEB), passaram a ser vinculados à SUDECULT, e geridos através da DEC, que integrou oficialmente o organograma da SECULT.

não era incomum se assumirem como prioritários quando se dedicavam aos públicos adultos. Independente da origem ou da linguagem em questão, encontramos alguma resistência junto a esses realizadores, que justificavam a suposta prioridade que deveriam receber em termos técnicos por conta de estarem se dirigindo a um público em alguma medida mais relevante.

Para alguns, parecia mesmo lógico que as produções para crianças deveriam se adaptar por completo, quiçá aguardar um momento mais adequado para estarem em cartaz, mesmo quando a convergência de pautas não se traduzia em obstáculos operacionais relevantes para as produções adultas. Além disso, a projeção de uma imagem de um espaço continuamente receptivo às crianças levou a percepção de alguns que as montagens profissionais não teriam mais lugar ali, associando, como regra, a produção para infância ao padrão de qualidade menor.

Já dentro da estrutura institucional o acolhimento recebido a essa abordagem focada nas crianças foi bem assimilada, ainda que permanecesse a ideia de que estávamos oferecendo programação ‘infanto-juvenil’, como se os conteúdos para pessoas de 02, 10 ou 16 anos fossem indistintos entre si. Não apenas resistimos à tentativa de acolher também adolescentes, visto as tantas especificidades que tentávamos compreender nessas primeiras aproximações com as infâncias, como avançamos na análise dos conteúdos, privilegiando a diversidade de estéticas, linguagens, técnicas utilizadas e perfis de público preferenciais no rico universo de produções para crianças. Ainda que não existissem recursos para trazer produções de outras cidades, a atenção contínua à cena local permitiu identificar excelentes espetáculos para compor a programação.

No período da gestão, alcançamos excelentes resultados, com incremento anual do número de solicitações de pauta, de frequentadores e de retorno de mídia dado ao espaço. Isso foi oportunizado pela chefia atenta e competente que tivemos nesse processo, disposta a lançar uma nova mirada sobre o lugar destinado às crianças em nossa sociedade. A despeito das inúmeras contribuições de agentes dedicados à infância em geral, não somente artistas como também educadores e pesquisadores, sentimos muita falta de um material informativo que desse visibilidade à relação entre crianças e equipamentos culturais.

Em uma trajetória marcada por muitos avanços e diversos erros, descobrimos que a gestão que incluísse também os mais jovens ainda era recebida como uma novidade entre os demais gestores, sendo preciso reforçar que nossos esforços não implicavam na exclusão de nenhum outro perfil de público, muito pelo contrário. Ainda assim, era e ainda é, ao relatar essas experiências, necessário dedicar tempo e energia para apontar para alguns interlocutores a dimensão estratégica em um trabalho que considere também crianças, em seus diversos contextos e não apenas quando exercendo a função de alunos, como público potencial.

Fui buscar assim no ambiente acadêmico os subsídios que eu necessitava para conseguir traduzir com maior clareza os desafios encontrados nos anos de gestão cultural no tocante à pouca atenção dada pelos adultos às demandas das demais gerações. Tendo feito minha formação universitária na área de artes (Bacharelado em Interpretação Teatral), minha prática profissional como gestora teve em alguma medida um caráter intuitivo, de modo que cursos e capacitações pontuais forneceram uma base mais consistente para meu trabalho. A especialização em políticas e gestão cultural na UFRB, que estou em vias de concluir inclusive através deste presente documento, me proveu com reflexões, bibliografias, discussões e

conhecimentos cruciais para localizar devidamente as minhas inquietações no amplo panorama da produção teórica sobre cultura.

Outro desafio repetidamente encontrado nessa vivência, inclusive nas minhas inserções acadêmicas mais recentes, é a da perspectiva da criança como um *público entrante*, ou seja, um recorte estratégico para garantir a formação de hábitos de consumo cultural no *futuro adulto* que ela irá se tornar. A criança, ora, é um sujeito do presente, mas esse estatuto de invisibilidade até mesmo no campo que deveria estar mais atento à diversidade social, foi certamente um dos aspectos mais inquietantes que confrontamos. Na época, nossas argumentações em defesa do espaço das crianças dentro da gestão de um equipamento cultural efetivamente democrático e da cultura em geral carecia de embasamento teórico, não somente por desconhecimento pessoal mas igualmente pela mínima produção com tal enfoque.

Existe muito material versando sobre conteúdos para as infâncias (LEBEAU, 2018; BAPTISTA BORGES, 2014), produção basilar sobre o papel da mediação cultural como processo pedagógico (DESGRANGES, 2005, 2007 ; CUNHA OLIVEIRA, 2011, 2013) e mesmo das relações das crianças com as novas mídias e os impactos dessas novas formas de consumo cultural sobre seu desenvolvimento (PINTO, 200; HUNT, 2010). Mas se procurarmos as formas de aproximar, se relacionar e fidelizar crianças em espaços de arte e cultura, encontraremos pouco ou quase nada, sobretudo quando pensamos na realidade brasileira. A ausência de bibliografia específica da cultura que considere a criança em sua complexidade, esteja esta versando sobre políticas, fomento, gestão, institucionalização ou até mesmo diversidade, surge como mais um elemento que nos aponta para a oportunidade de produzir algo que venha contribuir para o campo. Ao observar essa ausência, com a aproximação do final da presente especialização, constatei que as leituras e conhecimentos mobilizados ao longo do curso, juntamente com minha trajetória profissional marcada por atuações como artista, gestora e acadêmica, me habilitavam a fazer frente às já citadas ausências de crianças nos conteúdos, na produção do conhecimento e na fruição artístico-cultural.

Esta cartilha vem, portanto, diminuir um pouco essa imensa lacuna que existe na produção teórica tematizando crianças e a vivência artístico-cultural, para que outras gestoras e gestores detenham ferramentas teóricas e práticas para fortalecer, no seu trabalho diário, os vínculos com cidadãos mais jovens, pois é preciso lembrar das crianças tanto nas atividades tenham sido pensadas e/ou realizadas exclusiva quanto inclusivamente para elas. Quando falamos de exclusividade ou inclusão chegamos a um ponto chave de nosso problema: a percepção do direito à ampla participação das crianças, usualmente esquecido nas práticas e políticas de espaços culturais. Afinal, os sujeitos de 00 a 12 anos não devem ser considerados tão somente nas programações que são construídas especificamente para eles mas, como cidadãos que são, precisam ser observados em suas demandas mais variadas, o que incide também sobre aspectos arquitetônicos e atitudinais que promovam uma acessibilidade universal para todo e qualquer sujeito da sociedade. Se isso parece pouco usual, podemos afirmar que até mesmo essa leitura provém de um processo histórico de apagamento e esvaziamento da vivência social e coletiva em sociedades como a nossa.

Nossa percepção é que as crianças pouco estão nos espaços coletivos da sociedade, havendo um profundo apagamento desses sujeitos que, a despeito de representarem cerca de 20% da população do

Brasil, estão pouco representadas nas ações, orçamentos, textos, práticas e políticas. Como nos indicam autores como AVRITZER (2010), a impossibilidade de participação de instâncias de representação de qualquer ordem colabora e perpetua essa sub-representação, que se inicia em âmbitos de decisão coletiva e reverberam até mesmo nos equipamentos culturais sobre os quais pretendemos pesquisar. Sem voz e com pouca presença, as crianças vão se tornando cada vez mais invisibilizadas, indo na contramão das pautas e ações de pluralização de sujeitos que caracterizam os últimos avanços no campo cultural em nosso país.

Ainda que orientados pela inclusão ativa e atuante de todo cidadão com vistas à tão almejada Democracia Cultural, os agentes culturais e cidadãos permanecem pouco atentos àqueles que ainda não são compreendidos como ‘gente grande’.

Objetivos gerais e específicos;

QUE SEJA MAIS SIMPLES, QUE SEJA MAIS FÁCIL, QUE SEJA LOGO

O principal objetivo na produção de uma cartilha é proporcionar um novo olhar sobre as práticas de gestão cultural em nossa realidade brasileira, em particular dos equipamentos culturais, de forma que passe a incluir os sujeitos de 00 a 12 anos nesse processo, de forma qualificada e permanente.

Acerca de pontos mais específicos, podemos acrescentar que este trabalho pretende:

contribuir para práticas de gestão de equipamentos mais inclusivas a partir de uma perspectiva da acessibilidade universal, observando não somente aspectos de conteúdos e programações, como também arquitetônicos e atitudinais que levem em consideração a presença em potencial da criança, com suas especificidades e idiossincrasias;

facilitar o acesso de crianças e cuidadores aos bens e serviços culturais ofertados em equipamentos, por meio de medidas de acolhimento e atendimento às demandas específicas desses públicos;

valorizar as crianças como sujeitos sociais plenos, complexos, competentes e titulares de direitos de toda ordem, em destaque para os de participação na sua vida comunitária;

instrumentalizar agentes culturais para construção de uma trajetória de gestão mais democrática e inclusiva;

referendar o papel dos equipamentos culturais na construção de uma cidadania plena para os cidadãos de 00 a 12 anos;

promover a criação de vínculos de afeto e pertença de crianças, de todas idades e contextos, com equipamentos culturais e, por consequência, com as práticas que ali se desenvolvem;

fortalecer ou desenvolver novos vínculos com jovens e adultos, acompanhantes das crianças ou pertencentes a seus círculos de afetos, por meio de experiências enriquecedoras em espaços culturais;

contribuir para uma agenda política de cultura que não esqueça da presença, aqui e agora, de crianças diversas e plurais.

Problema central abordado

ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS?

No Brasil, a cada 100 pessoas 17 são crianças até 12 anos³. São cerca de 35,5 milhões de pessoas que constituiriam, em teoria, um público potencial para as práticas artístico-culturais que se realizam em território brasileiro. Se considerarmos que as crianças muito raramente acessam um equipamento cultural sem a companhia de um adulto, seja ele familiar ou educador(a), não seria exagerado imaginar que ao orientar-se para a inclusão infantil poderíamos prever um quantitativo exponencialmente maior.

Em uma realidade democrática ideal, essa informação por si mesma seria capaz de mobilizar políticas direcionadas a essa numerosa parcela da população, com ações, projetos e programas diversificados, orientados para inclusão desses sujeitos de forma contínua e estruturante. Mas na prática não tem sido assim, seja pela pouca regularidade de conteúdos voltados para os mais jovens, seja pelo pouco preparo dos espaços em termos de estrutura e treinamento de equipe para receber crianças.

As crianças são importantes e sem importância; espera-se delas que se comportem como crianças mas são criticadas nas suas infantilidades; é suposto que brinquem absorvidamente quando se lhes diz para brincar, mas não se compreende porque não pensam em parar de brincar quando se lhes diz para parar; espera-se que sejam dependentes quando os adultos preferem a dependência, mas deseja-se que tenham um comportamento autônomo; deseja-se que pensem por si próprias, mas são criticadas pelas suas 'soluções' originais para os problemas" (POLLARD, 1985 apud PINTO, M.; SARMENTO, M.J, 1997, s. p.)

Não há dimensão da sociedade que essa lógica de 'importância/desimportância' das crianças não alcance. Seja na escola, na vida comunitária ou no exercício do Direito, à infância são negadas de forma sistemática as ferramentas que lhe permitam se expressar por si mesma, vendo assim suas próprias demandas preteridas frente àquelas julgadas como mais relevantes pelos adultos. Até mesmo nas práticas culturais, âmbito em que a subjetividade é compreendida como aspecto indissociável dos conteúdos e saberes, nós podemos flagrar a reprodução dessa mesma dinâmica de apagamento das crianças.

Há uma questão que muito me inquieta como agente cultural: que lugar é ocupado pelas crianças nas artes e cultura do Brasil? E mais especificamente: como são as crianças percebidas pelos gestores de equipamentos culturais do país? Ainda que possamos citar algumas iniciativas de excelência, iremos perceber que, em linhas gerais, os gestores culturais não compreendem esses sujeitos como cidadãos com necessidades comparáveis às dos adultos, de modo que pouco se tem discutido e realizado na perspectiva de atender às demandas, mesmo que não verbalizadas, desses sujeitos.

A fim de tentar dimensionar esse apagamento na vivência coletiva da cultura, assumimos o Plano Nacional de Cultura⁴ como exemplo chave. Através de importante articulação política e ampla participação

³ Fonte: IBGE, Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/20785-as-criancas-no-brasil.html>. Acesso: 01 de julho de 2019

⁴ O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi elaborado após a realização de fóruns, seminários e consultas públicas com a sociedade civil e, a partir de 2005, sob a supervisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Um marco importante

social em nível nacional, com envolvimento de agentes, ativistas, intelectuais, gestores, políticos e toda gama de pessoas relacionadas à cultura de nosso país construiu-se, entre 2003 e 2010, um plano orientador para as políticas públicas nacionais da área até 2020. Apesar do volume e riqueza do material levantado e de toda qualificação dos envolvidos nessa construção, é surpreendente notar que na versão preliminar do PNC a palavra ‘infância’ não aparecia em nenhuma das metas.

Isso foi corrigido posteriormente graças ao MINC que, por meio de sua antiga Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, mobilizou agentes da sociedade civil diretamente ligados à infância de várias partes do país e, em 2012, incorporou à nova versão do PNC a meta 47, relativa à infância especificamente⁵. O que se deseja destacar com isso é que a não participação das crianças na construção das políticas públicas em geral e, especificamente, nas que lhes concernem diretamente, por vezes resulta na invisibilização absoluta desses sujeitos. O que é não apenas irônico como vai na contramão de todas as pautas de democracia cultural e lutas por protagonismo dos agentes sociais em sua diversidade. Irônico, sobretudo, porque as crianças estão distribuídas em toda e qualquer dimensão da sociedade: há crianças brancas, negras, indígenas, ciganas, ribeirinhas, ricas, pobres, deficientes, na zona rural e urbana, dispostas transversalmente pela cultura e expressando plena variedade de traços identitários.

Assim sendo, podemos afirmar que todos os agentes de discussão envolvidos na construção do Plano estavam ali falando indiretamente pelas crianças, fossem *deles* ou *daqueles*⁶, mas não foram capazes de em momento algum dar-lhes destaque, como se infância fosse uma pauta secundária em meio às urgentes demandas dos adultos. Se elegemos este exemplo é por ele dar a ver como a exclusão da infância, ampla e continuamente, permeia praticamente todos ambientes da sociedade. O simbolismo dessa situação não é algo a se desconsiderar; afinal, as crianças foram sugeridas apenas indiretamente no texto daquele que certamente é o documento coletivo mais importante nas políticas públicas para cultura neste início de século, donde podemos dimensionar a carência de ações efetivas que possibilitem a esse público um pleno exercício de sua cidadania cultural.

No que concerne às estratégias de gestão de equipamentos culturais isso visivelmente se reverbera, havendo uma reprodução de fórmulas e modelos de inserção das infâncias em suas políticas sem que haja uma real reflexão sobre a importância desses agentes nas dinâmicas sociais em que se inserem. É como se as crianças vivessem em um vácuo social, confinadas em seus *pequenos mundos* (QVORTRUP, 2011), minorizado e com poucas contribuições para dar ao todo.

Apesar dos avanços recentes na perspectiva de tornar as crianças sujeitos titulares de direitos, o que se vê é que ainda existe a percepção social de que os não-adultos são cidadãos de segunda classe, submetidos integralmente a decisões, quereres e mesmo equívocos de uma outra categoria social: os

nesse processo foi a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, depois de conferências municipais e estaduais.

⁵ A partir de encontros promovidos pelo MINC, profissionais destacados de diversas áreas, dedicados à causa da Infância, passaram a dialogar, continuamente, buscando alternativas viáveis para a inclusão de uma Política Cultural voltada para a Infância no Plano Nacional de Cultura (PNC). Por ocasião da Mostra de Cinema Infantil do Ceará, em 2012, criou-se uma articulação nacional para a inclusão de uma meta específica no PNC e, em novembro daquele mesmo ano, o Plano Nacional de Cultura incorporou a sugestão, como sua Meta 47. Diz ela: “100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude”.

⁶ Raul Iturra (1997) fala em adultos ‘próprios’, no sentido de propriedade, para se referir aos adultos responsáveis por determinadas crianças. Para o autor cada uma delas tem, portanto, seus ‘próprios’ adultos, essenciais para legitimarem suas incursões na vida coletiva. Pais, familiares ou mesmo cuidadores são os adultos *de* cada criança por quem são responsáveis, cabendo a eles ensiná-las sobre aspectos práticos da vida, inseri-la na vivência social e auxiliá-la na construção da individualidade na interação com as outras pessoas.

adultos.

A atenção indispensável aos factores de heterogeneidade não pode, porém, ocultar aquilo que, para além das diferenças, contribui para considerar a infância como uma categoria social. (...) Há factores sociais específicos, isto é, transversais à posição de classe, ao género, à etnia ou à cultura, que permitem pensar a infância como uma construção social, que se distingue dos outros grupos e categorias sociais, e que a caracterizam como um "grupo minoritário", isto é com um status social inferior por relação com os grupos dominantes, e, portanto, com uma situação de exclusão da participação plena na vida social. (QVORTRUP, 1991 apud SARMENTO, M.J; PINTO, M.; 1997, s.p.)

Se parece óbvio que crianças e adultos não se posicionam de forma equânime na sociedade, o que não se pode captar com tanta clareza é quais aspectos colaboram para colocá-las em situação minoritária. Na disposição dos sujeitos numa sociedade são inúmeros factores que concorrem para validar ou não as percepções de determinada categoria social, com diferenciações marcadas por posição social, género, etnia e tantos outros critérios de distinção que, ao colocarem-se em relação às demais categorias, produzem sentidos de formas distintas e não homogêneas.

Ainda assim, temos poucas pessoas se dedicando a debater o tema dentro do campo da cultura, em certa medida porque as crianças estão colocadas em uma posição subalternizada frente aos adultos. Isso resulta numa invisibilidade desses sujeitos e na menor amplitude do debate acerca de suas realidades, impactando nos resultados das produções para esses públicos, assim como na vulnerabilização desses enquanto sujeitos concretos.

As razões sociais residem da subalternidade da infância relativamente ao mundo dos adultos; com efeito, as crianças, durante séculos, foram representadas prioritariamente como 'homúnculos', seres humanos miniaturizados que só valia a pena estudar e cuidar pela sua incompletude e imperfeição. (SARMENTO, 2009. p. 19)

As atenções que conseguem despertar em larga escala se orientam muito por seus aspectos de socialização, na perspectiva de assimilarem obediência a determinados códigos sociais e de conduta, além de valorizarem sobremaneira o desempenho da função de alunos hoje – para que sejam trabalhadores eficientes amanhã. Numa abordagem constante da criança como “o que ela vai ser quando crescer”, retira-se a infância e suas demandas presentes de várias discussões que poderiam contribuir para seu bem estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo.

É preciso responder às demandas das crianças hoje e não somente dos aspectos de subsistência dessas pessoas, com garantia de moradia, alimentação, saúde e educação de qualidades; é igualmente necessário pensar nos aspectos de seu mundo subjetivo, aos direitos culturais e de participação na vida de sua comunidade, tendo suas iniciativas de compreender e mudar a realidade valorizadas. Nesse sentido, as práticas culturais se afirmam como local privilegiado para desenvolvimento dessas competências, e os equipamentos culturais não podem se furtar de implicar esforços para reconhecê-las, incluí-las e fortalecer

sua cidadania.

Principais conceitos e abordagens teóricas que fundamentaram o trabalho

POR QUE É TÃO DIFÍCIL BAIXAR OS OLHOS AFINAL?

Face ao exposto nos tópicos anteriores, não seria simples estruturar um trabalho desta natureza com conteúdos teóricos provenientes apenas dos estudos em cultura. Assim, contribuições da sociologia e da educação nos foram muito caras no processo de escrita, com ênfase nas contribuições da nova sociologia da infância. Suas produções nos indicam que as crianças não apenas são seres socialmente competentes como são a porta de entrada para a compreensão do funcionamento daquela sociedade. Para entender que forças e dinâmicas orientam um determinado agrupamento humano, olhar para os mais jovens e mais vulneráveis nos oferece indícios precisos de como as relações se dão por ali. Nesse sentido, é sobre as bases da **nova sociologia da infância** que sustentamos nossa definição de criança e de infância ao longo desse trabalho, que estuda as crianças não da perspectiva de suas relações com os adultos mas as assume como objeto sociológico *per si*.

Apesar de vir ganhando espaço no campo acadêmico, seus estudos são ainda recentes, como nos lembra Manuel Sarmiento, principal fonte bibliográfica deste aspecto de nossa escrita. Diz-nos o autor:

Apesar das crianças não terem sido nunca um tema ausente do pensamento sociológico, desde os primeiros tempos da disciplina, o estatuto de objeto sociológico e a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90. (SARMENTO, 2009. p.18)

No tocante à **cultura**, termo tão polissêmico e complexo em sua definição, mobilizamos noções e conceitos caros aos estudos de políticas culturais e direitos culturais, validando a dimensão antropológica da cultura, com suas formas de viver, conviver e produzir simbolicamente. É sobre essa noção que falamos sobre a perspectiva cultura que aloca a noção de infância que temos hoje, testemunho de valores, saberes e crenças que caracterizam o nosso agrupamento humano hoje.

No entanto, ao falarmos sobre o que se desenvolve dentro dos equipamentos culturais que desejamos sensibilizar, estamos nos referindo à **cultura** “quando entendida como trabalho criador e expressivo das obras de pensamento e de arte” (CHAUÍ, 2012. p. 37).

Sabendo que a primeira e a segunda abordagem da ideia de cultura estão diretamente imbricadas, influenciando-se mutuamente, acionamos Víctor Vich (2014, 2017) com suas contribuições sobre a necessidade de **desculturalizar a cultura** da cultura, pensada articulada e transversalmente com os demais setores da sociedade, na luta contra hegemonias e na conformação de uma sociedade mais justa. Ele ainda nos dá suporte na defesa de gestores culturais que sejam muito mais do que técnicos competentes, mas capazes de deter habilidades de etnógrafos, curadores e ativistas igualmente empenhados na condução de equipamentos culturais atentos às crianças.

Ao debruçar-me sobre locais voltados para as práticas culturais, foi necessário circunscrever o que se pretendia abordar. Aqui, assumo o enfoque em:

(...) equipamentos culturais como edifícios construídos com o objetivo de

produzir e disseminar práticas culturais e bens simbólicos. Ou seja, espaços concebidos para acolher uma ou mais expressões culturais e atividades correlatas, a exemplo de exibição de filmes, apresentação de espetáculos de diversas linguagens – teatro, dança, circo, música -, exposições e mostras, realizações de ações formativas relacionais ao campo cultural, etc. (KAUARK et al, 2019. p.31)

Essa escolha se baseia na pluralidade de outras possíveis formatações de espaços culturais existentes que, ainda que possam ser beneficiados com a produção deste material, apresentam especificidades e abordagens de gestão tão diversificadas que ultrapassariam minha capacidade de análise. Então enfatizamos que tratamos aqui sobre **equipamentos culturais**.

Outras teorias surgem aqui dando suporte a aspectos pontuais do trabalho: a lógica de **participação social** e sua estruturação nas últimas décadas no país (AVRITZER, 2010), e a percepção de que a formatação de suas instituições deixa as crianças de fora; reflexões acerca do **papel do espaço físico** no exercício da cidadania, leituras de pesquisadores do campo da arquitetura e urbanismo; a ideia de uma **gestão atenta ao entorno** e contexto em que se insere, de PIMENTEL e DAVEL (2017); a criança **fetichizada** de BAPTISTA BORGES (2014).

Além disso, encontro informações importantes em documentos **de natureza jurídica** de instituições nacionais e internacionais (ONU, Governo do Brasil, MEC, MINC), tal como em sem número de **cartilhas e materiais normativos** sobre especificidades no atendimento de crianças de diferentes idades (BRASIL, MEC, Instituto Alana), com destaque para os materiais produzidos no âmbito de orientar sobre implantação da Lei brasileira de inclusão (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – Lei 13.146/2015).

Detalhamento da metodologia utilizada:

INDO BUSCAR AS CRIANÇAS ONDE ELAS SURTIAM

Inicialmente foi feita uma revisão de bibliografia sobre os temas da infância, da cultura e da gestão de equipamentos culturais, além de documentos normativos de caráter local e internacional versando sobre o tema central: as crianças. Diferentes áreas foram acionadas, como sociologia, medicina, direito, educação e artes, a fim de compor uma noção de infância consistente e orientada pelo respeito ao caráter sociológico desses sujeitos de 00 a 12 anos de idade.

A leitura e análise de cartilhas de orientação produzidas por instituições nacionais e pelos governos federal, estadual e municipal, tratando dos mais variados temas, foi feita, a fim de compreender as possibilidades existentes para produção de material similar.

Após a definição do conteúdo a ser produzido, voltando-se especificamente para profissionais ligados a equipamentos de caráter cultural, públicos ou privados, com ênfase naqueles dedicados às artes performáticas, construímos o sumário a fim de visualizar a articulação dos pontos considerados chaves para este material ser acessível a diferentes perfis de gestor, além de funcional.

O sumário foi construído tendo quatro eixos de abordagens: a definição de crianças e seus aspectos de cidadania; a relação da criança com as dinâmicas e demais sujeitos da sociedade; o papel dos equipamentos culturais nessas relações sujeito e sociedade; os caminhos possíveis para gestores tornarem os equipamentos que conduzem mais inclusivos para crianças. Somaram-se ainda considerações iniciais, tal como alguns equipamentos que mobilizam as infâncias em termos que podem ser inspiradores.

Público-alvo a quem se destina

QUEM É IGUAL A QUEM?

A cartilha *Tem lugar pra criança?* se destina a gestores de equipamentos culturais, públicos ou privados, urbanos ou rurais, geridos por artistas ou técnicos, que tenham o interesse em estratégias de aproximação com frequentadores de 00 a 12 anos e seus acompanhantes. Com linguagem simples e direta, mobiliza conceitos iniciais que permitem até mesmo pessoas com menos intimidade com leituras dessa natureza de se beneficiarem com o material: termos técnicos surgem apenas quando essenciais para fornecer a informação correta; há citações e destaques de noções relevantes; há apontamentos sobre situações concretas que as premissas que ancoram o material sejam adotadas.

Além de coordenadores e diretores gerais, demais integrantes do corpo técnico e administrativo certamente poderão obter informações que contribuam para qualificar suas funções.

Importante frisar que os equipamentos culturais como um todo poderão extrair colaborações que se somem às suas práticas e rotinas, mas minha experiência e bibliografia acessada orientou o trabalho para uma cartilha mais voltada para aqueles locais destinados às artes performáticas, como teatro, dança, circo e afins. Isso é informado textualmente no início da cartilha.

Limitações no processo de desenvolvimento do produto final, bem como soluções encontradas

DE ONDE VENHO E PARA ONDE VOU

Esta cartilha tem limitações de fontes bibliográficas de materiais similares: eu simplesmente não encontrei nenhum material de orientação para gestores de equipamentos culturais que fornecesse subsídios para ampliar os aspectos de acesso do público infantil a seus espaços.

No que concerne à acepção de infância e de criança que evoco no meu trabalho, constatei que a educação tem sido campo privilegiado para olhar para esses sujeitos e categoria, mas majoritariamente pensando-os como *alunos*, e não como sujeitos sociológicos plenos e atuantes para além dos muros da escola e paredes de suas casas. Assim, transferir conceitos de campos ainda em conformação, como a nova sociologia da infância, demandou mais espaço no material do que eu gostaria de ter dedicado. Espero que as próximas pesquisadoras possam simplesmente versar sobre *criança e infância* sem ter que dedicar parágrafos inteiros para elucidar que não estão falando desses como *alunos, filhos* ou *futuros adultos*, mas sim de sujeitos do aqui e agora, válidos de serem analisados em suas próprias bases.

Além disso, a produção mínima sobre o papel e incidência das infâncias nas políticas culturais, nas práticas de gestão e mesmo na curadoria me obrigou a construir minhas próprias noções e definir recortes.

O número imenso de referências frente ao espaço reduzido da cartilha levou a optar por colocar todas como notas de fim. Ainda que isso certamente desestime a conferência do que está referenciado, decidi, juntamente com a designer que me auxiliou, que entre uma interface de leitura mais agradável e referências mais acessíveis, em privilegiar a primeira. Por fim, o material entregue está em formato digital, por limitações financeiras para investir em uma diagramação para impressão neste momento, possibilidade que não está descartada para um futuro próximo, a depender da recepção deste material pela banca e comunidade acadêmica que irá acessá-lo neste primeiro momento.

Resultados esperados

TEM UM LUGAR PRA VOCÊ AQUI

O principal resultado esperado é a ampliação de ações, projetos e programas voltados para sujeitos de 00 a 12 anos, das diferentes realidades e contextos de nosso país. Para além de ampliar a oferta de espetáculos e programações para crianças, visamos um reposicionamento das infâncias nos espaços conduzidos por pessoas que tomarem contato com este material.

Revisar as acepções de infância em voga inclusive nos ambientes de promoção e produção de cultura, abandonando noções simplificadoras, ingênuas ou mesmo excludentes, é o que se visa alcançar, por meio de reflexões acerca do tratamento dado às crianças nesses lugares.

Esperamos ainda a qualificação das práticas de gestão nos locais que já venham empenhando esforço de mobilização de sujeitos mais jovens, seja intensificando as atividades a eles destinados como igualmente valorizando e acolhendo suas presenças em momentos que não os tenham como público preferencial.

Referências

ELAS, SEMPRE ELAS

ABUCHAIM, Beatriz. *Concepções inovadoras na educação infantil* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

ACIOLY, K. *Segundo catálogo livre cultura infância: com passeios pedagógicos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2014.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 2ª edição.

AVRITZER, L. *Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimação da ação*. in: *Brasil em Desenvolvimento : Estado, planejamento e políticas públicas* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Ipea, 2010. p 565-585. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3801/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2010_v_3.pdf Acesso em 05/05/2019

BAPTISTA BORGES, Paula Alice. *Isso é infantil?: perspectivas, expectativas e tabus transmidiáticos a partir de miúda e o guarda-chuva*. Tese de doutoramento para o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Salvador, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção aos menores*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 19 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13563-13577, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 03 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. *O Plano Nacional de Cultura (PNC)*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, [201-]. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Primeira versão das metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº CNE/CEB 5/2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 18, 18 dez. 2009.

CALABRE, Lia. (Org.). *Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

CARNEIRO NETO, Dib. Suzanne LEBEAU: “Quem sai chocado do teatro são os pais, nunca as crianças” – entrevista concedida ao blog Pecinha é a vozozinha! 2018.

Disponível em: <http://www.pecinhaevozozinha.com.br/suzanne-lebeau-papo-da-vez/> Acesso 15 de novembro de 2019.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. In: *Cultura e Democracia – Coleção Cultura é o que?*, v.1, BAHIA, Secretaria de Cultura – SECULT, 2012. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/oqeculturavol_1_chau.pdf Acesso: 20.jun.2019

CUNHA OLIVEIRA, Ney Wendell. *A mediação teatral na formação de público: O projeto Cuida Bem de Mim na Bahia e as experiências Artístico-pedagógicas nas instituições culturais do Québec*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em artes cênicas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2011.

CUNHA OLIVEIRA, Ney Wendell. *Estratégias de mediação cultural para formação do público*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2013.

D’ANDREA, 2005, APUD CRUZ, Maria Luiza Souto Vasconcelos; SILVA, Leandro Luciano. *Da situação irregular à proteção integral - a tutela constitucional da criança e do adolescente*. In: ANAIS - I Congresso Norte Mineiro de Direito Constitucional - Outubro de 2015 – ISSN 2447-3251- Montes Claros, MG-p. 1 Disponível em: <http://minascongressos.com.br/direitoconstitucional/x3.pdf> Acesso em 23/07/2019

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. *Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento*. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 6, n. 1, p.15-24. jan./jun. 2006. Disponível em:

- <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/sarmiento.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.
- DELGADO, A. C. C. *Infâncias e crianças: o que nós adultos sabemos sobre elas?*. Rio Grande do Sul: Centro de Documentação e Informação Sobre a Criança, 2013. Disponível em: http://sabercom.furg.br/bitstream/1/1441/1/infancias_e_crianças.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.
- GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de assistência social e direitos humanos. *Cartilha dos direitos das pessoas com deficiências*. Rio de Janeiro: sem data. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTM0MjI%2C>
Acesso 23/07/2019
- DESGRANGES, F. Mediação teatral: anotações sobre o Projeto Formação de Público. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 10, 2008.
- DESGRANGES, F. *Pedagogia do espectador*. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- DESGRANGES, F. *Quando teatro e educação ocupam o mesmo lugar no espaço*. Caminho das Artes. São Paulo: Secretaria da Educação, 2005.
- FERNANDES, Elisângela. *Os pequenos nos dizem muito sobre a sociedade – entrevista com Manuel Sarmiento*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.saci.ufscar.br/servico_clipping?id=27241
Acessado em 07 de outubro de 2019.
- GADELHA, Júlio Barretto. *Instrumentos projetuais de Arquitetura e Urbanismo como agentes transformadores, tendo como parâmetro a escala da criança*. Disponível em: <https://sites.usp.br/icht2019/wp-content/uploads/sites/416/2019/07/Instrumentos-projetuais-de-Arquitetura-e-Urbanismo-como-agentes-transformadores-tendo-como-para%CC%82metro-a-escala-da-crianc%CC%A7a-pdf> Acesso em 20 de agosto de 2019
- HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*: Peter Hunt. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- IBGE, Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/20785-as-criancas-no-brasil.html>. Acesso: 01 de julho de 2019
- ITURRA, R. *O imaginário das crianças: os silêncios da cultura oral*. Lisboa: Fim do Século Edições, 1997.
- KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (org.) *Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação*, Salvador: EDUFBA, 2019.
- LORENZI, Gisella Werneck. *Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil*, 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promeninotrabalhoinfantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/> Acesso: 10 de outubro de 2019
- MACHADO, Maria Lucia de A.; CAMPOS, Maria Malta. *Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil - Documento Preliminar*. IN: *Padrões de Infra-estrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil*. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Infantil e Fundamental. Brasília. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/infra.pdf> Acesso 25 de outubro de 2019.
- MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica, p.V. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio e KAUARK, Giuliana (orgs.). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- NARANJO, Javier (org.). *Casa das estrelas: o universo pelo olhar das crianças*. Trad. Carla Branco – São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- OCTOBRE, Sylie. *O quarto ofício [métier] da infância: o de consumidor cultural* p. 49-62. IN: Revista Observatório Itaú Cultural : OIC. – N. 12 (maio/ago. 2011). – São Paulo: Itaú Cultural, 2011
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A declaração universal dos direitos humanos*. Genebra: 1948. Disponível em: <http://uni.cf/2SXdl3e>. Acesso em: 9 out. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Genebra: 1989. Disponível em: <http://uni.cf/2z1akSi>. Acesso em: 9 out. 2017.
- PINTO, M. *A televisão no cotidiano das crianças*. Dissertação de Doutorado. Braga: Universidade do Minho, 1995.
- PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2xi49ES>. Acesso em: 20 out. 2017.
- PRIOSKI, Gandhi. *Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2016. (p. 63)
- SANTOS, Fabiana. P.; DAVEL, Eduardo. Gestão de equipamentos culturais com base na identidade territorial: estratégias e paradoxos. In: *Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do*

- Planejamento Urbano e Regional? São Paulo. Anais do XVII ENANPUR, Porto Alegre, 2017.
- SARMENTO, M. J. A infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2xi49ES>. Acesso em: 20 out. 2017.
- SARMENTO, Manuel Jacinto: *Sociologia da infância: correntes e confluências*, in: ESTUDOS DA INFÂNCIA – Educação e Práticas Sociais (p.17 a 39). SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2009. Coleção Ciências sociais e educação.
- SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. *Políticas públicas e participação infantil. Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997. não paginada.
- SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.) *Estudos da infância – educação e práticas sociais* - 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2009
- SITE OFICIAL DO PNC. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br> Acesso em 20 de outubro de 2017
- SOUSA, M. A. de. *A importância de se reconhecer a criança como sujeito do processo*. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2yMnhlq>. Acesso em: 20 set. 2017.
- SOUZA, S. J.; SALGADO, R. G. A criança na idade média: reflexões sobre cultura lúdica, capitalismo e educação. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S de. (org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VICH, Victor. *Desculturalizar la cultura*. La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.
- VICH, Víctor. *O Que é um Gestor Cultural?*. In: CALABRE, Lia & REBELLO LIMA, Deborah (orgs.). *Políticas culturais: conjunturas e territorialidades*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa ; São Paulo : Itaú Cultural, 2017
- WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SITES:

- www.alana.org.br
www.childfundalliance.org
www.cidadeseducadoras.org.br
www.criancaenatureza.org.br
www.prioridadeabsoluta.org